



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)	Nota	31/12/2015	31/12/2014
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	39.916	244.467
Impostos e contribuições sociais	5	8.152	8.152
Outros créditos	8	121	187
Total do Ativo Circulante		40.037	252.806
Não circulante			
Impostos e contribuições sociais	5	57.140	32.857
Tributos diferidos	6	8.933	2.808
Outros créditos	8	76	272
		66.149	35.937
Imobilizado	9	1.205.010	691.423
Intangível	10	51.760	40.911
		1.256.770	732.334
Total do Ativo Não circulante		1.322.919	768.271
TOTAL DO ATIVO		1.362.956	1.021.077

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO

	Nota	31/12/2015	31/12/2014
Circulante			
Fornecedores	11	44.852	12.536
Impostos e contribuições sociais	5	1.715	4.425
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	13	145.748	302.872
Provisões	15	23.058	36.256
Outras contas a pagar	8	10.995	1.233
Total do Passivo Circulante		226.368	357.322
Não circulante			
Debêntures	12	185.135	-
Empréstimos e financiamentos	13	319.736	299.266
Uso do bem público	14	9.410	7.952
Provisões	15	11.723	1.248
Outras contas a pagar	8	322	139
Total do Passivo Não circulante		526.326	308.605
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	16.1	627.601	360.601
Prejuízos acumulados		(17.339)	(5.451)
Total do Patrimônio líquido		610.262	355.150
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.362.956	1.021.077

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)	Nota	2015	2014
Custo da produção e do serviço de energia elétrica			
Custo do serviço de energia elétrica	17	(375)	-
Lucro bruto		(375)	-
Despesas e Receitas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	17	(18.044)	(6.271)
		(18.044)	(6.271)
Resultado antes do Resultado financeiro e tributos			
Resultado financeiro	18	453	1.089
Receitas financeiras		(47)	(24)
Despesas financeiras		406	1.065
		(18.013)	(5.206)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		6.125	1.770
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	(11.888)	(3.436)
Resultado líquido do exercício		(5.763)	(1.666)
Resultado por ação atribuível aos acionistas			
Resultado básico e diluído por ação (reais/ações)	20	(0,02103)	(0,01263)
ON			

A Companhia não divulgou a demonstração de resultados abrangentes, uma vez que não existem efeitos referentes a essa demonstração registrados nas demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	2015	2014
Geração do valor adicionado		
Receita relativa à construção de ativos próprios	524.440	502.336
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(471.487)	(465.980)
Encargos de uso da rede elétrica	(413)	(413)
Materiais	(182.900)	(134.455)
Serviços de terceiros	(163.845)	(257.646)
Outros custos operacionais	(124.329)	(73.879)
Valor adicionado bruto	52.953	36.356
Valor adicionado líquido produzido	52.953	36.356
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	5.996	32.221
Valor adicionado total a distribuir	58.949	68.577
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	10.369	4.960
Benefícios	1.008	566
FGTS	706	351
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	(3.850)	(692)
Estaduais	173	148
Municipais	5	-
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	60.926	65.940
Aluguéis	1.500	740
	70.837	72.013
	(11.888)	(3.436)
Prejuízo do exercício	58.949	68.577

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional
Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A. (Companhia ou Cachoeira Caldeirão), sociedade anônima de capital fechado, constituída em 26 de outubro de 2012, com sede no município de Ferreira Gomes, no Estado do Amapá, é controlada em conjunto pela EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil) e China Three Gorges Brasil Energia Ltda., anteriormente denominada CWEI (Brasil) Participações Ltda. (CWEI Brasil). A Companhia tem como objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, implantação, operação comercial, manutenção, a exploração do potencial da Usina Hidrelétrica Cachoeira Caldeirão (UHE Cachoeira Caldeirão), a comercialização da energia gerada por esse empreendimento, bem como a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares relacionados ao seu objeto social. A Companhia poderá ainda participar de outras empresas, negócios e empreendimentos voltados à atividade energética.

1.1 Concessão
A Companhia detém o direito de concessão da UHE Cachoeira Caldeirão por meio do Contrato de Concessão nº 01/2013, celebrado junto ao Ministério de Minas e Energia - MME, com as seguintes características:

Usina Hidrelétrica	Estado	Modalidade	Outorga	Capacidade Instalada		Energia Assegurada		Concessão	
				(MW)	(MWm)	(MWm)	(MWm)	Início	Término
Cachoeira Caldeirão	AP	Produtor Independente	Concessão	219,00	129,70	29/05/2013	29/05/2048		

O Contrato de Concessão regula a exploração do potencial de energia hidráulica do rio Araguari sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica. O início da entrada em operação comercial da 1ª unidade geradora está prevista para janeiro de 2017. A energia assegurada de 129,7 MWm foi comercializada por meio de CCEARs no Ambiente de Contratação Regulado - ACR pelo prazo de 30 anos. O preço estabelecido no Contrato de Concessão é de R\$95,31 por MWh, reajustado anualmente pelo IPCA. O contrato de concessão tem prazo de trinta e cinco anos, contado a partir da data de sua assinatura, sem previsão de prorrogação na legislação atual.

Na exploração do aproveitamento hidrelétrico, a concessionária terá ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições do contrato de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da ANEEL. No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados a Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados posteriores a entrada em operação da UHE e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

1.1.1 Uso do bem público - UBP
A Companhia, em função da outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Cachoeira Caldeirão, pagará à União, a partir da entrada em operação da primeira unidade geradora, ou a partir do início da entrega da energia objeto do Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e enquanto estiver na exploração do Aproveitamento Hidrelétrico, valores anuais, em parcelas mensais, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor de R\$658, fixado na data de assinatura do contrato de concessão, corrigidos anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. Em 31 de dezembro de 2015, o valor presente total remanescente da obrigação é de R\$9.410 (Nota 14). A falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão.

1.1.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D
A Companhia aplicará, anualmente, em pesquisa e desenvolvimento, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, um por cento (1%) da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

1.1.3 Cronograma de operação comercial
De acordo com o contrato de concessão, o cronograma para a entrada em operação comercial da UHE Cachoeira Caldeirão é o seguinte:

Unidade geradora (UG)	Data
UG 1	01/01/2017
UG 2	01/03/2017
UG 3	01/05/2017

2 Base de preparação
2.1 Declaração de conformidade
As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 02 de fevereiro de 2016.

2.2 Práticas contábeis
As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

2.3 Base de mensuração
As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

2.4 Uso de estimativa e julgamento
Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quando a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.6. As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais às demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias (Nota 6); Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 21.1.3); e Provisão para licenças ambientais (Nota 15.2).

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação
A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.6 Redução ao valor recuperável
Ativo financeiro
São avaliados quanto a sua recuperabilidade ao final de cada exercício. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro
Se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável, a Companhia procede o teste de recuperabilidade dos ativos. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

2.7 Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) novas e revisadas
2.7.1 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo IASB e ainda não adotadas pela Companhia
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2018)

A IFRS 9 foi emitida em novembro de 2009. Em outubro de 2010 foi revisada para incluir requerimentos de classificação e mensuração de passivos financeiros e para desreconhecimento. Outra revisão da IFRS 9 emitida em julho de 2014 incluiu principalmente: (i) requerimentos de *impairment* para ativos financeiros passando para o modelo de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; (ii) novos critérios de classificação de ativos financeiros; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*. A Administração está avaliando o impacto total de sua adoção.

A Administração da Companhia acredita que a IFRS 9 possa gerar efeitos nos montantes reportados nas demonstrações financeiras, no entanto, não é possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que a Companhia efetue uma revisão detalhada desses impactos.

2.7.2 Normas e interpretações revisadas, já emitidas pelo CPC, adotadas pela Companhia a partir de 1º de janeiro de 2015

A Companhia, a partir de 1º de janeiro de 2015, passou a adotar novas normas e interpretações conforme Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 06/2014, emitidos pelo CPC. As seguintes normas revisadas não refletiram impactos nas demonstrações financeiras: (i) CPC 04 (R1) - Ativo Intangível (IAS 38); (ii) CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas (IAS 24); (iii) CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações (IFRS 2); (iv) CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios (IFRS 3); (v) CPC 22 - Informações por Segmento (IFRS 8); (vi) CPC 25 - Provisões, Passivos e Ativos Contingentes (IAS 37); (vii) CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis (IAS 1); (viii) CPC 27 - Ativo Imobilizado (IAS 16); (ix) CPC 28 - Propriedade para Investimento (IAS 40); (x) CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados (IAS 19); (xi) CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração: Novação de derivados e contabilidade de cobertura (IAS 39); e (xii) CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação: Compensação de ativos e passivos financeiros (IAS 32).

3 Eventos significativos no exercício

3.1 Incidente da UHE Cachoeira Caldeirão
Em 7 de maio de 2015, devido a cheia do rio Araguari, a Companhia realizou a abertura controlada na enseadeira na margem esquerda para permitir a passagem das águas do rio. Na sequência desse procedimento de segurança e de manobras executadas por outras usinas da região, verificou-se um alagamento parcial da cidade de Ferreira Gomes, a jusante da barragem. Mediante o ocorrido, em 18 de maio de 2015, a Companhia assinou junto ao Ministério Público do Estado do Amapá um Termo de Ajustamento de Conduta - TAC, sem presunção de culpa, com o objetivo de promover a indenização em caráter emergencial das famílias e comerciantes atingidos pelo alagamento. Os Ministérios Público, Estadual e Federal ajuizaram ação de Medida Cautelar com intuito de apurar através de perícia judicial a causa e os responsáveis pelo ocorrido em face da UHE Ferreira Gomes, UHE Coaracy Nunes, Instituto de Meio Ambiente e Ordenamento Territorial do Amapá - Imap e da Companhia. Os trabalhos periciais estão em andamento desde outubro de 2015 com previsão de conclusão no 1º semestre de 2016. O montante de indenizações e despesas gerais desembolsado com este evento até 31 de dezembro de 2015 é de R\$10.843 registrados no resultado do exercício em Despesas gerais e administrativas. Houve ressarcimento por parte da Seguradora no montante total de R\$8.325, tendo sido o primeiro reembolso ocorrido em 30 de outubro de 2015 no valor de R\$3.145 e o segundo reembolso em 15 de dezembro de 2015 no valor de R\$5.180. Estes reembolsos foram registrados em contrapartida a crédito na rubrica de Outras contas a pagar, uma vez que aguarda-se a finalização do processo, momento em que deverá ser reclassificado para o Resultado na rubrica de Recuperação de gastos (Nota 8). O valor restante encontra-se em processo de análise pela Seguradora para posterior ressarcimento à Companhia.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2015	31/12/2014
Bancos conta movimento	39.916	172.037
Aplicações financeiras - renda fixa	-	72.430
Total	39.916	244.467

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares. A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 21.

5 Impostos e contribuições sociais

	Nota	Saldo em 31/12/2014	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos/Pagamentos	Reclassificação	Transferência	Saldo em 31/12/2015
Ativos - Compensáveis								
Imposto de renda e contribuição social		1.470		164				1.634
PIS e COFINS	5.1	32.857	15.346			(17)		48.186
IRRF sobre aplicações financeiras		6.682	472					7.154
Outros		-	166					166
Total		41.009	15.984	164			(17)	57.140
Circulante		8.152						-
Não Circulante		32.857						57.140
Total		41.009						57.140
Passivo - a recolher								
ICMS		659	17.488		(17.878)			269
PIS e COFINS		-	17				(17)	-
Tributos sobre serviços prestados por terceiros		3.065	11.085		(13.538)	2		614
Encargos com pessoal		701	5.317		(5.672)	(2)		344
Outros		-	488					488
Total		4.425	34.395		(37.088)		(17)	1.715
Circulante		4.425						1.715
Total		4.425						1.715

Os impostos e contribuições sociais correntes que serão liquidados em um único pagamento, são apresentados pelo seu montante líquido compensável, conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro.

5.1 PIS e COFINS
Os montantes de PIS e COFINS registrados no ativo referem-se a créditos na aquisição de ativo imobilizado para a construção da UHE Cachoeira Caldeirão.

6 Tributos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos foram registrados sobre diferenças temporárias considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados pela sua natureza, e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

6.1 Composição e base de cálculo

Natureza dos créditos	Nota	Ativo Não circulante		Resultado			
		31/12/2015	31/12/2014	2015	2014		
		IR/CS	IR/CS	IR/CS	IR/CS		
Diferenças Temporárias							
Diferenças Temporárias							
Gastos Pré-operacionais		8.933	2.808	6.125	1.770		
Total diferenças temporárias	6.1.1	8.933	2.808	6.125	1.770		
Total		8.933	2.808				
6.1.1 Diferenças Temporárias							
Com o advento da Lei nº 12.973 de 13 de maio de 2014, foi extinto os eventos decorrentes da Lei nº 11.638/07 - RTT, os quais passaram a incorporar a partir de 1º de janeiro de 2015 o mesmo tratamento fiscal nas adições e exclusões temporárias quanto a sua dedutibilidade ou não.							
6.2 Resultados tributáveis futuros							
A Administração da Companhia elaborou, em 31 de dezembro de 2015, a projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:							
		2017	2018	2019	2020	2021 a 2023	Total
		1.787	1.787	1.787	1.787	1.785	8.933

7 Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua Controladora em conjunto, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, são apresentados como segue:

Relacionamento	Duração	Passivo		Resultado (Despesas)		
		Circulante	Não circulante	Operacional	Financeiro	
		31/12/2015	31/12/2015	31/12/2014	2015	2014
Outras contas a pagar						
Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura						
EDP - Energias do Brasil	Controladora em conjunto	01/01/2015 a 31/12/2018	321	2	(322)	(31)
EDP Escelsa	Controle comum	29/07/2015 a 29/07/2019	1		(3)	
Compartilhamento de gastos com pessoal						
Energest	Controle comum			137	(137)	
			322	139	(325)	(168)
Empréstimos a receber						
Contratos de mútuo - 100% a 110% do CDI						
EDP - Energias do Brasil	Controladora em conjunto	24/09/2015 até 23/09/2016	70.179			(1.276)
CWEI Brasil	Controladora em conjunto	24/09/2015 até 23/09/2016	70.165			(1.263)
			140.344	-	-	(2.539)
			140.344	322	139	(325)

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de infraestrutura com partes relacionadas ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

As garantias concedidas e os avais recebidos do acionista estão descritos na nota de Garantias (Nota 22.2).

7.1 Compromissos contratuais

A Companhia possui contrato de compra de energia junto a Energest S.A. (controlada direta da EDP - Energias do Brasil) no montante de 4,1 MWh com início de suprimento em 01 de janeiro de 2017 e término em 31 de dezembro de 2046 (Nota 22.1).

7.2 Controladora direta e Controladoras finais

A Companhia possui controle compartilhado entre a EDP - Energias do Brasil S.A., sendo esta controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A., e China Three Gorges Brasil Energia Ltda., anteriormente denominada CWEI (Brasil) Participações Ltda., sendo esta controlada pela China Three Gorges Corporation.

7.3 Remuneração dos administradores

7.3.1 Remuneração total da Diretoria pagos pela Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro (em R\$)

	2015	
	Diretoria Estatutária	Proporção (%)
Número de membros (I)	2,00(*)	
Remuneração fixa (em R\$)	292.485	100%
Salário ou pró-labore	219.294	
Benefícios diretos e indiretos (I)	11.789	
Encargos sociais	61.402	
Valor total da remuneração	292.485	100%

(*) Das 3 posições da Diretoria, 2 membros são remunerados. A remuneração anual global da Diretoria é de até R\$606.000,00, para o período de janeiro a dezembro de 2015, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária de 30 de abril de 2015.

(I) O número de membros foi calculado em conformidade com o Ofício Circular/CVM/SEP/nº02/2015, que corresponde a média anual dos membros remunerados. Esta média contempla a substituição de membros.

7.3.2 Remuneração individual máxima, mínima e média da Diretoria Estatutária referente ao exercício findo em 31 de dezembro (em R\$)

	2015	
	Diretoria Estatutária	Proporção (%)
Número de membros	2,00	
Valor da maior remuneração individual	292.485	
Valor da menor remuneração individual	292.485	
Valor médio da remuneração individual	146.243	

12 Debêntures

12.1 Composição do saldo de Debêntures

Agente Fiduciário	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	31/12/2015			
									Encargos	Principal	Total	
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	15.650	10.000	156.500	3ª emissão em 15/12/2014	15/12/2014 a 15/06/2030	Financiamento para construção da UHE Cachoeira Caldeirão	IPCA + 7,2743% a.a.	Principal e Juros semestrais a partir de 15/12/2017	a. Penhor de ações da EDP - Energias do Brasil e da CTG Brasil; b. Contas vinculadas; c. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil; d. Fiança bancária da CTG Brasil.	13.043	172.895	185.938
(-) Custos de emissão			(891)					Amortização mensal			(803)	(803)
Total										13.043	172.092	185.135

Os debêntures estão demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

12.2 Mutação das debêntures no exercício

Circulante	Valor líquido em 31/12/2014	Ingressos	Juros provisionados	Transferências	Amortização do custo de transação	Variação monetária e cambial	Valor líquido em 31/12/2015
Não circulante							
Principal	-	156.500				16.395	172.895
Juros	-		11.037			2.006	13.043
Custo de transação	-	(891)		88		(803)	(803)
	-	155.609	11.037	88	-	18.401	185.135

12.3 Vencimento das parcelas do Não circulante

Não circulante	Vencimento	
	2017	2015
2017		12.940
2018		13.197
2019		13.197
2020		13.197
2021		13.194
2022 até 2031		119.410
Total		185.135

13 Empréstimos e financiamentos

13.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Finalidade	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	31/12/2015			31/12/2014				
										Encargos	Circulante	Circulante	Encargos	Circulante	Circulante	Não	Total
Moeda nacional																	
China Three Gorges Brasil Energia	82.500	24/09/2015		24/09/2015 a 23/09/2016	Contratos de mútuo		100,3% do CDI	Principal e juros em parcela única no final			70.164		70.164				
EDP - Energias do Brasil S.A.	82.500	24/09/2015		24/09/2015 a 23/09/2016	Contratos de mútuo		100,3% do CDI	Principal e juros em parcela única no final			70.180		70.180				
Notas Promissórias	295.000	01/10/2014	295.000	01/10/2014 a 05/02/2015	Implementação do projeto de construção da UHE Cachoeira Caldeirão		109,25% do CDI	Principal e Juros em parcela única no final	Aval da Energias do Brasil	-	8.098	295.000	303.098				
(-) Notas Promissórias - Custos de Transação BNDES				01/10/2014 a 05/02/2015						-		(513)	(513)				
	504.100	25/11/2014	300.000	25/11/2014 a 15/11/2037	Implementação do projeto de construção da UHE Cachoeira Caldeirão	i. Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,20 durante período de amortização. ii. Índice de Capital Próprio: Patrimônio líquido sobre Ativo total igual ou superior a 20%.	TJLP + 2,12% a.a.	Principal e Juros mensais a partir de 15/11/2017	a. Penhor de Ações; b. Contas Vinculadas; c. Vinculação de receitas; d. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil e Fiança Bancária da CTG Brasil proporcionais às suas participações.	5.404	320.414	325.818	287	300.000	300.287		
(-) BNDES - Custos de Transação				25/11/2014 a 15/11/2037				Amortização mensal do custo de transação			(678)	(678)		(734)	(734)		
Total										5.404	140.344	319.736	465.484	8.385	294.487	299.266	602.138

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

13.2 Mutação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas no exercício

Circulante	Valor líquido em 31/12/2014	Ingressos	Pagamentos	Juros provisionados	Juros Transferências	Amortização do custo de transação	Variação monetária e cambial	Valor líquido em 31/12/2015
Juros	8.385		(10.016)	26.291	(19.273)	17		5.404
Custo de Transação	(513)				(56)	569		-
	302.872	137.000	(305.016)	26.291	(19.273)	(56)	569	145.748
Não circulante								
Principal	300.000				19.273		1.141	320.414
Custo de Transação	(734)				56		(678)	(678)
	299.266				19.273	56	-	319.736

13.3 Vencimento das parcelas do Circulante e Não circulante (principal e encargos)

Circulante	Vencimento	
	Nacional	2016
2016		145.748
Não circulante		145.748
2017		2.558
2018		15.975
2019		15.978
2020		15.981
2021 até 2025		79.948
2026 até 2030		80.019
2031 até 2035		29.187
Após 2036		319.736
Total		465.484

14 Uso do bem público - UBP

O Uso do Bem Público - UBP é um direito de outorga decorrente de processos licitatórios onde o concessionário entrega, ou promete entregar, recursos econômicos em troca do direito de explorar o objeto de concessão ao longo do prazo previsto no contrato (Nota 1.1.1).

A Administração da Companhia considerou o momento da obtenção da Licença de Instalação - LI para efetuar o reconhecimento do UBP, pois foi o marco necessário para atendimento das condições de viabilidade do negócio.

O valor justo total da obrigação relacionada com o UBP até o final do contrato de concessão, foi provisionado e capitalizado em contrapartida do Intangível (Nota 10) no reconhecimento inicial. A provisão do pagamento do UBP foi reconhecida de acordo com o CPC 25 e está ajustada ao valor presente pela taxa de 7% a.a., que representa a taxa média de financiamento do empreendimento.

Segue abaixo movimentação no exercício:

	Saldo em 31/12/2014	Ajuste a Valor Presente	Encargos e atualizações monetárias		Saldo em 31/12/2015
			2015	2014	
Não Circulante					
Uso do Bem Público		7.952	(874)	2.332	9.410
		7.952	(874)	2.332	9.410

8 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

Outros créditos - Ativo	Nota	Circulante		Não circulante	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
		IR/CS	IR/CS	IR/CS	IR/CS
Adiantamentos		7		5	
Despesas pagas antecipadamente		114	182	76	272
Total		121	187	76	272
Outras contas a pagar - Passivo					
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas				322	139
Folha de pagamento			3	128	
Arrecadação de terceiros a repassar	8.1	8.325			
Obrigações Sociais e Trabalhistas	8.2	2.562	1.105		
Outros		105			
Total		10.995	1.233	322	139
8.1 Arrecadação de terceiros a repassar					
O montante em 31 de dezembro de 2015 de R\$8.325, refere-se ao valor ressarcido pela seguradora relativo ao incidente ocorrido na UHE Cachoeira Caldeirão, conforme descrito na nota 3.1.					
8.2 Obrigações Sociais e Trabalhistas					
Referem-se aos montantes de provisão de férias e respectivos INSS e FGTS e participação nos lucros e resultados.					

9 Imobilizado

Os ativos imobilizados são contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre a compra e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

Em função do disposto nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e na Resolução CFC nº 1.359/11, que aprova o pronunciamento técnico CPC 20 (R1), os encargos financeiros relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras quando aplicável, estão registrados neste subgrupo como custo das respectivas obras.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 não houve indicação, seja por meio de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2015, a Administração julga que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável.

9.1 Mutação do imobilizado

Imobilizado em curso	Nota	Valor líquido em 31/12/2014		Adições	Juros capitalizados	Reclassificação	Valor líquido em 31/12/2015
		2015	2014				
Terenos		51.149	29.548				80.697
Reservatórios, barragens e adutoras		278.656	92.881				371.537
Edificações, obras civis e benfeitorias		139.652	92.880				232.532
Máquinas e equipamentos		64.433	216.613			60.910	

EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Saldo em 31/12/2014	Constituição	Pagamentos	Atualização monetária	Transferências	AVP	Saldo em 31/12/2015
Circulante	36.256	14.717	(37.808)	3.691	6.700	(498)	23.058
Não circulante	1.248	16.410		964	(6.700)	(207)	11.715
Total	37.504	31.127	(37.808)	4.655	-	(705)	34.773

16 Patrimônio líquido
16.1 Capital social
 O Capital social subscrito em 31 de dezembro de 2015 é de R\$627.601 e está representado por 627.600.500 ações ordinárias (R\$360.601 em 31 de dezembro de 2014 representado por 544.586.500 ações ordinárias), nominativas e sem valor nominal.
 Durante o exercício de 2015 foram integralizados R\$183.986 relativos à Capital social anteriormente subscrito em Assembleia Geral Extraordinária - AGE de 27 de junho de 2014.
 Em 8 de outubro de 2015, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária - AGE o aumento do Capital social, com a emissão de 83.014.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas subscritas pelos acionistas EDP - Energias do Brasil e China Three Gorges Brasil Energia, proporcionalmente em relação ao percentual de participação, no valor de R\$83.014.
 A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de R\$763.924, com a emissão de novas ações, nominativas e sem valor nominal. Dentro deste limite, a Companhia poderá aumentar seu capital social mediante a deliberação do Conselho de Administração, que determinará as condições de emissão, incluindo o preço, prazo, forma da subscrição e integralização.
 As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável. Segue abaixo a composição acionária:

Acionista	31/12/2015		31/12/2014	
	Quantidade de ações	% participação	Quantidade de ações	% participação
EDP - Energias do Brasil	313.800.250	50,00	272.293.250	50,00
China Three Gorges Brasil Energia	313.800.250	50,00	272.293.250	50,00
Total	627.600.500		544.586.500	

17 Gastos operacionais
 Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.
 A Companhia apresenta os Gastos operacionais por função na Demonstração de resultados, conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores. E apresentado a seguir o detalhamento por natureza do gasto, conforme requerido pelo CPC 26 e pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico:

	Nota	2015			2014	
		Com energia elétrica	Despesas operacionais Gerais e administrativas	Total	Total	Total
Não gerenciáveis						
Encargos de uso da rede elétrica		375		375	-	
		375		375		
Gerenciáveis						
Passivo, Administradores e Entidade de previdência privada			1.539	1.539	1.325	
Material			674	674	665	
Serviços de terceiros			4.121	4.121	3.303	
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas			8	8	1	
Aluguéis e arrendamentos			1.500	1.500	740	
Outras	3.1		10.202	10.202	237	
			-	18.044	18.044	6.271
Total			375	18.044	18.419	6.271

	2015	2014
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras e cauções	5.526	31.132
Variações monetárias moeda nacional		949
Juros e multa sobre impostos		139
(-) Juros capitalizados	(5.526)	(31.132)
(-) PIS/COFINS sobre Receitas financeiras		(17)
Outras receitas financeiras		306
		453
Despesas financeiras		
Encargos de dívidas	(39.423)	(65.900)
Variações monetárias moeda nacional	(18.154)	
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(805)	(16)
Atualização monetária contratos de mútuo	(2.539)	(91)
(-) Juros capitalizados	60.879	65.916
Outras despesas financeiras	(5)	(24)
	(47)	(24)
Total	406	1.065

19 Imposto de renda e contribuição social
 O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) por meio da aplicação da alíquota de 9%.
 As despesas com Imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos, sendo reconhecidos no resultado exceto aqueles que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido.

	31/12/2015	31/12/2014
Prejuízo antes do IRPJ e CSLL	(18.013)	(5.206)
Alíquota	34%	34%
IRPJ e CSLL	6.124	1.770
Outras		
Outras	1	
Resultado de IRPJ e CSLL	6.125	1.770
Alíquota Efetiva	34%	34%

20 Resultado por ação
 O resultado básico por ação da Companhia para os exercícios apresentados é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas.
 No exercício de 2015, a Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluído ou antidiúvel sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	2015	2014
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	(11.888)	(3.436)
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	565.340	271.994
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)	(0,02103)	(0,01263)

21 Instrumentos financeiros e gestão de riscos
 A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.
 Com base nas análises periódicas substanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.
 A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

21.1 Instrumentos financeiros
 Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.
 Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.
 Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.
 A baixa não acontece em função de cancelamento, pagamento, recebimento ou quando os títulos expirarem.
21.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros
 Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:
• Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado
 Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado por ela. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.
• Empréstimos e recebíveis
 São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de qualquer custo de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo método do custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.
• Outros ao custo amortizado
 São designados para essa categoria os ativos e passivos financeiros cujo o registro é o montante pelo qual os mesmos são mensurados em seu reconhecimento inicial, menos as amortizações de principal, mais os juros acumulados calculados com base no método da taxa de juros efetiva menos qualquer redução por ajuste ao valor recuperável ou impossibilidade de recebimento.

	Nota	Níveis	31/12/2015 Valor justo	31/12/2014 Valor contábil
Ativos financeiros				
Valor justo por meio do resultado				
Caixa e equivalentes de caixa	4			
Aplicações financeiras - renda fixa		Nível 2	72.430	72.430
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e equivalentes de caixa	4			
Bancos conta movimento			39.916	172.037
			39.916	172.037
Passivos financeiros				
Outros ao custo amortizado				
Fornecedores	11		44.852	12.536
Debêntures	12		170.863	185.135
Uso do bem público	14		7.690	7.952
Empréstimos e financiamentos	13			
Moeda nacional			325.140	602.449
Contratos de mútuo			140.344	140.344
Outras contas a pagar - Partes relacionadas			322	139
			689.211	623.076

21.1.2 Valor justo
 Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.
 Algumas operações com instrumentos financeiros da Companhia apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo em função desses valores possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. No caso dos Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, de acordo com o CPC 12, não é aplicável a técnica de ajuste a valor presente a contratos com o BNDES decorrente destes contratos possuírem características próprias.
 Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pré-fixadas e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela BM&FBovespa, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo.
 As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração do valor justo são divulgadas a seguir levando em consideração seu prazo e relevância do instrumento financeiro:
 (i) Uso do bem público: consiste em um instrumento financeiro demonstrado ao custo amortizado atualizado pelo IPCA incorrido até a data do balanço. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente por meio da taxa de 9,12% a.a. que representa a taxa atual de captação de empréstimos e financiamentos da Companhia.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

		Yinsheng Li Presidente		
Luiz Otávio Assis Henriques Conselheiro	Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire Conselheiro	João Antonio Pinheiro Sampaio Meirelles Conselheiro	Yujun Liu Conselheiro	Antonio Eduardo Portela Ferreira Costa Conselheiro

DIRETORIA

Luiz Otávio Assis Henriques Diretor-Presidente	Dione da Silva Freitas Diretor Financeiro e Administrativo	André Luiz de Castro Pereira Diretor Operacional e Técnico	Elisa Saeko Ishizaka Turci Gestora Executiva de Consolidação e Contabilidade Renan Silva Sobral Contador - CRC 1SP271964/O-6 "S" AP
Ke Xu * Diretor Financeiro Administrativo	Lei Wang * Diretor Operacional Técnico		

* Posse condicionada à autorização do Ministério do Trabalho e Emprego.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A.
 Examinamos as demonstrações financeiras da Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A. (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.
Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras
 A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.
Responsabilidade dos auditores independentes
 Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.
 Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.
 Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

21.1.3 Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros
 A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:
 (a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
 (b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e
 (c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.
 A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de instrumentos financeiros no exercício.

21.2 Gestão de risco
 A Companhia adota a política de gestão de riscos da EDP - Energias do Brasil que abrange todas as suas unidades de negócios. As operações que envolvem riscos são deliberadas pela Administração da Companhia. Cabe ao Comitê de Risco, garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

21.2.1 Risco de mercado
 O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto representam fatores de riscos financeiros. As Debêntures e os Empréstimos e financiamentos da Companhia apresentados nas notas 12 e 13, possuem como contraparte o agente fiduciário Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e o BNDES. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia possui risco de mercado associado ao TJLP e IPCA. Deve-se considerar que a Companhia está exposta a oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações.
 A Companhia não possui exposições à variação cambial e juros atreladas a dívidas em moeda estrangeira.
 Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado de Uso do bem público, Empréstimos, financiamentos e encargos de dívida e Debêntures diferem do seu valor contábil.

21.2.2 Análise de sensibilidade
 As análises de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.
 No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Operação	Risco	Aging cenário provável		Cenário (I) Provável	Cenário (II) Aumento do risco em 25%	Cenário (III) Aumento do risco em 50%	Cenário (IV) Redução do risco em 25%	Cenário (V) Redução do risco em 50%	
		Até 1 ano	2 a 5 anos						
Empréstimos e financiamentos - BNDES e CALC	TJLP	(38.834)	(123.951)	(211.416)	(374.201)	(56.467)	(133.985)	56.467	133.985
Instrumentos financeiros passivos	TJLP	(38.834)	(123.951)	(211.416)	(374.201)	(56.467)	(133.985)	56.467	133.985
Debêntures	IPCA	(25.922)	(74.032)	(62.649)	(162.603)	(17.864)	(35.729)	17.864	35.729
Instrumentos financeiros passivos	IPCA	(25.922)	(74.032)	(62.649)	(162.603)	(17.864)	(35.729)	17.864	35.729

As curvas futuras dos indicadores financeiros TJLP e IPCA estão em acordo com o projetado pelo mercado e alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia.
 Os indicadores tiveram seu intervalo conforme apresentado a seguir: TJLP entre 6,00% e 7,50% a.a. e IPCA entre 4,23% e 10,30% a.a..
21.3 Risco de liquidez
 O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos e debêntures captados pela Companhia são apresentados nas notas 12 e 13.
 A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.
 O risco financeiro mais expressivo da Companhia é demonstrado na rubrica Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4). A Companhia em 31 de dezembro de 2015 tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.
 Os riscos de liquidez atribuídos as rubricas de Empréstimos, financiamentos e Debêntures referem-se a Juros futuros e, consequentemente, não contabilizados, encontram-se demonstrados na nota 22.1.
 A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2015, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

	31/12/2015				
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos financeiros					
Fornecedores	8.288	747	35.817		44.852
Debêntures				66.241	118.894
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas				50.492	269.244
Uso do bem público				2.521	6.889
Outras contas a pagar - Partes relacionadas				322	322
	8.288	146.495	35.817	119.576	395.027
				395.027	705.203
					622.765

21.3.1 Vencimento antecipado de dívidas
 A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas (Covenants), normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índice financeiro.
 Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos covenants impostos nos contratos pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos covenants por contrato aparecem descritos individualmente nas notas 12 e 13. Até 31 de dezembro de 2015 todos os covenants das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.
 Além do controle de covenants atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas (Nota 22.2) para a rubrica de Empréstimos e financiamentos e Debêntures. Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia pode ser exigida a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento.
21.3.2 Capital circulante líquido - CCL
 O capital circulante líquido da Companhia, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, em 31 de dezembro de 2015 foi negativo em R\$198.046 (R\$104.516 negativo em 31 de dezembro de 2014). O capital circulante negativo deve-se principalmente ao estágio final de construção da usina e à diferença temporal dos desembolsos do financiamento de longo prazo do BNDES com os contratos de mútuos realizados pelos acionistas da Companhia. Esta situação será equalizada com a liberação dos desembolsos do BNDES.
21.4 Risco de crédito
 O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada à rubrica de Caixa e equivalentes de caixa.
 Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.
 Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos, e ações de controle de covenants atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas (Nota 22.2) para a rubrica de Empréstimos e financiamentos e Debêntures. Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia pode ser exigida a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento.
 A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

22 Compromissos contratuais e Garantias
22.1 Compromissos contratuais
 Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, que estão sujeitos a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o rating do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.
 A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

	2016	2017 a 2018	31/12/2015	2019 a 2020	A partir de 2021	Total geral	31/12/2014
Responsabilidades com locações operacionais	644	195				839	759
Obrigações de compra							
Comercialização de energia		8.342	8.065		83.936	100.343	
Materiais e serviços	74.833	3.61					